



**RELATÓRIO OPINATIVO PARA APLICAÇÃO DE MODALIDADE E ANÁLISE DE MINUTA  
DE EDITAL**

**REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 9/2021 - 090702**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE MATERIAIS DE CONSUMO (GENEROS ALIMENTICIOS, EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS E INFORMATICA, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, DESCARTAVEIS E CORELACIONADOS)**

Apresentamos manifestação prévia acerca da **CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR DE MATERIAIS DE CONSUMO (GENEROS ALIMENTICIOS, EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS E INFORMATICA, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, DESCARTAVEIS E CORELACIONADOS)**, objetivando a emissão de Parecer Jurídico prévio aos procedimentos até então adotados e à minuta de edital.

Face às solicitações da Secretaria Administrativa e ao encaminhamento do Exmo. Presidente desta Casa Legislativa para abertura de procedimento licitatório em fase interna para o objeto em questão, tenho a me - manifestar:

A referida solicitação justifica-se pela necessidade do abastecimento da dispensa, e pela manutenção dos serviços da Câmara Municipal e das ações dos vereadores da mesma, os materiais serão utilizados na execução dos serviços realizados na Câmara Municipal assim como nas visitas a zona rural, ribeirinha e indígena, para de forma geral atender o interesse público, e ampliar o desempenho das atividades administrativas para que não ocorra interrupção dos serviços essenciais, a aquisição de materiais de limpeza, higiene, descartáveis serão utilizados na limpeza e manutenção do prédio e dos móveis que guarnecem o prédio do Poder Legislativo Municipal; a aquisição de material de expediente e suprimentos de informática destinam-se atender às demandas dos setores da Câmara Municipal na execução dos serviços administrativos, os materiais de copa e cozinha e gêneros alimentícios são para o abastecimento da copa e para o preparo dos alimentos a serem servidos para os servidores, vereadores e visitantes assim como são levados para preparo das refeições dos vereadores nas comunidades por conta de não haver restaurante ou possibilidade de retorno durante a realização das ações.

A aquisição de materiais de consumo em geral é imprescindível para regular funcionamento desta Casa Legislativa, para suprir às necessidades de fornecimento interno do almoxarifado, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas relacionadas com as atividades legislativas e parlamentares assegurando o contínuo fornecimento dos materiais necessários para utilização nas atividades.

O quantitativo estimado foi obtido com base no consumo do ano anterior com projeção da demanda atual;

Foram realizadas pesquisas de preço de mercado entre empresas do ramo pertinente, evidenciadas pelo mapa comparativo de preços, acostado aos autos, o qual estima média por itens unitários e também de forma global para o período pretendido;

Em consulta, a Assessoria Contábil ratificou a existência de recursos orçamentários ao custeio da despesa estimada.

**ENQUADRAMENTO**



**MUNICÍPIO DE JACAREACANGA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREACANGA**  
**Secretaria Administrativa**

---

A Lei 8.666 /1993 e suas alterações posteriores ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, estabelece norma gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a contratação de serviços e compras, locações no âmbito da esfera municipal e outros.

A licitação como expressa o artigo 2º da Lei de Licitações destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios constitucionais e administrativos, a exemplo da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Na Lei Geral do Pregão (Lei nº 10.520/02) se exige que na fase preparatória do pregão deverá se basear na justificativa da necessidade de contratação pela autoridade competente. Juntamente com a justificativa, a unidade requisitante deverá definir de forma objetivo e pormenorizada o objeto a ser contratado conforme consta no Termo de Referência em anexo aos autos do Processo Administrativo.

O Pregão Presencial SRP, além de mais prático, fácil, simples, direto e acessível, atinge o seu fim, e fim único de toda licitação, qual seja, garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração, mediante sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, além de ser eminentemente público e aberto, não resultando, desta forma, nenhum prejuízo para a Administração, optando-se, como aqui se faz, pela utilização do PREGÃO PRESENCIAL.

O uso do Sistema de Registro de Preços/SRP para essa aquisição está fundamentado no Artigo 3º do nº 7.892/2013, o qual confere poderes à Administração para registrar os preços em ATA, com validade de até 12 (doze) meses, para contratações futuras, facultando a Administração efetivar compras em sua totalidade e/ou parcial dos preços registrados. Tal fato se dá em razão da impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido, bem como pelas características e natureza do material demandar aquisições frequentes pela Administração.

Conforme expressa o art. 3º, do Decreto nº 7.892/13, o SRP pode ser adotado nas seguintes hipóteses: I) contratações frequentes; II) entregas parceladas; III) atendimento a mais de um órgão; e, IV) não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, levando em consideração os princípios norteador da modalidade Pregão Presencial SRP, Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, Princípio da Eficiência, Princípio da Legalidade, Princípio da Moralidade e da Impessoalidade, Princípio da Igualdade, Princípio da Publicidade, Princípio da Probidade Administrativa, Princípio da Vinculação ao Instrumento convocatório, Princípio do Julgamento Objetivo, Princípio da Competitividade, Princípio do Formalismo Procedimental, Princípio da Maior Vantagem/Melhor Preço, Princípio da Celeridade, onde a disputa de lances nos proporcionará um valor mais comparado com a realidade municipal, e que irão proporcionar uma transparência maior à população na fase de lances com empresas juntas numa sessão pública.



**MUNICÍPIO DE JACAREACANGA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREACANGA**  
**Secretaria Administrativa**

---

O Pregão Eletrônico no Município de Jacareacanga/PA se torna inviável, tendo em vista que o município não acompanha a modernidade tecnológica, sendo que o fornecimento de internet é frágil e inconsistente.

**OPINO**

Por todas as razões apresentadas em primazia ao interesse público, a comissão definiu pela realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP**, do tipo **menor preço por item unitário**, o qual será conduzido pelo Pregoeiro Municipal.

Solicito análise tendo em vista os procedimentos internos realizados. E que seja elaborado parecer jurídico para o prosseguimento ou não do processo em fase externa.

Segue em anexo Minuta do Edital e Minuta de contrato, conforme a referida modalidade, e demais documentos componentes do Processo.

Atenciosamente,

Jacareacanga/PA, 12 de Julho de 2021

---

**MARCIO GAGARIN RIBEIRO DE QUEIROZ**  
**PRESIDENTE DA CPL**  
**PORTARIA N°. 117/2021-CMJ**

---

**MARCIO GAGARIN RIBEIRO DE QUEIROZ**  
**PREGOEIRO**  
**PORTARIA N° 118/2021-CMJ**